

## “AGORA EU POSSO”: empoderamento de operárias da construção civil na perspectiva da autonomia econômica

Maria Celeste Landerdahl  
Stela Maris de Mello Padoin,  
Wilza Vieira Villela

### Resumo

O artigo aborda o empoderamento de mulheres associado à autonomia econômica como uma das repercussões do trabalho de operárias da construção civil. Apoiado em pesquisa empírica com oito mulheres pobres e de baixa escolaridade em um município do interior do Rio Grande do Sul. Produção dos dados mediada pela História Oral Temática. Análise do Discurso de tradição francesa guiou a análise. No campo dos deslocamentos, ante processos discursivos polissêmicos, o empoderamento das participantes relaciona-se ao consumo. Esse novo lugar pode conduzi-las à autonomia e potencializar outras habilidades para lidar com a vida. A liberdade econômica isoladamente não gera transformações nas relações de gênero recomendada em políticas públicas. É necessário investir em iniciativas que estimulem o empoderamento coletivo nas políticas de desenvolvimento para mulheres, com envolvimento em movimentos sociais como os feministas.

**Palavras-chave:** Trabalho Feminino, Análise do Discurso, Empoderamento, Autonomia Econômica, História Oral.

### Abstract

This article approaches the issue of women's empowerment associated to economic autonomy as one of the outcomes of the participation of women in construction work. The work is supported by empirical research among eight poor and low educated women in an inland city of Rio Grande do Sul, making use of thematic oral history. The French tradition of discourse analysis guided the analysis. In the displacement field, considering polysemic discursive processes, the empowerment of the participants is related to consumption. This new place can lead them to autonomy and enhance other skills to deal with life. Isolated, economic autonomy does not generate changes on gender relations recommended by public policies. It is necessary to invest in initiatives that encourage collective empowerment in the development policies for women, with greater involvement in social movements such as the feminist.

**Keywords:** Feminine Work, Discourse Analysis, Empowerment, Economic Autonomy, Oral History.

## 1. Introdução

O estímulo ao empoderamento e à busca por autonomia econômica de mulheres pobres reflete o esforço da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) no Brasil, que busca colocar em prática recomendações internacionais que têm, como foco, a transformação de estruturas que discriminam mulheres. A Convenção das Nações Unidas para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW) define a discriminação contra as mulheres como situações de exclusão, distinção ou restrição fundamentada no sexo (ONU MULHERES, s.d.)

As Nações Unidas têm agenciado iniciativas que promovem a igualdade de gênero no mundo há cerca de quarenta anos, quando foi inaugurada a Década da Mulher na primeira conferência realizada no México em 1975. Desde aí muito se tem tentado avançar em termos de políticas de igualdade de gênero e direitos das mulheres. Destaca-se a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, em 1994 no Cairo e a Terceira Conferência Internacional da Mulher, em Beijing, em 1995. “Nestas conferências, o papel da sociedade civil foi fundamental para o reconhecimento dos direitos humanos das mulheres como direitos humanos, da autonomia plena das mulheres, e do papel de movimentos sociais de mulheres como importantes atores políticos” (TAVARES, 2011, p. 249).

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ONU, 2000) consolidam essa perspectiva, estabelecendo, como uma das metas a serem alcançadas, a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres como um dos condicionantes para o desenvolvimento. Na visão de Prá e Epping (2012), as Metas do Milênio têm a incumbência de reforçar estratégias definidas em eventos que defendem direitos das mulheres.

Inserido nesse movimento, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM no Brasil (BRASIL, 2013) recomenda inúmeras ações de intervenção como forma de contribuir no alcance de tais metas. É o caso do eixo I do PNPM – Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho, com

Inclusão Social e Cidadania, que propõe iniciativas públicas que qualifiquem mulheres para o trabalho. Acredita-se que a possibilidade de as mulheres promoverem e gerirem seu sustento pode pesar positivamente em seus projetos futuros. Ao contrário do trabalho reprodutivo, que é realizado no domínio do privado, é invisível e não é remunerado, o trabalho produtivo possibilita a independência econômica das mulheres, apresentando-se como uma possibilidade de deslocamentos no campo das desigualdades de gênero. Kabber (2014, s.p.) reforça esse pensamento na medida em que considera que:

O trabalho assalariado realizado pelas mulheres tem figurado na literatura sobre desenvolvimento por duas razões principais. A razão instrumental se relaciona ao seu potencial de contribuição para uma variedade de objetivos do desenvolvimento – de redução da pobreza até desenvolvimento e crescimento econômico. A razão intrínseca é o seu potencial de transformar a vida de mulheres e meninas, compensando as desigualdades de gênero em uma variedade de frentes. Nos dois casos o trabalho assalariado tem o potencial empoderador, uma vez que se relaciona à capacidade das mulheres de terem voz e interferirem nas arenas primordiais de suas vidas que propiciam o ímpeto para mudanças.

Iniciativas como as do PNPM, além de se inserem no bojo das políticas governamentais de cunho social no Brasil, as quais vêm sendo propostas a partir do processo de democratização no país, é resultado também, da ação de movimentos feministas que têm proposto “a desconstrução dos tradicionais sujeitos histórico, político e social” a partir da “análise dos grupos sociais historicamente excluídos” (MANINI, 1995/1996, p. 45). Essa análise favoreceria a emergência de temas ligados às desigualdades de gênero, com ressonância no mundo do trabalho em que as mulheres se inserem.

Este artigo aborda o empoderamento de mulheres associado à autonomia econômica como uma das repercussões do trabalho de operárias da construção civil. Seu lastro está apoiado em pesquisa empírica com mulheres pobres e de baixa escolaridade em um município do interior do Rio Grande do Sul. Seu objetivo foi conhecer repercussões do trabalho na construção civil na vida de mulheres que desenvolvem essa atividade.

Considerando a dimensão relacional do gênero, na qual os símbolos e signos que marcam diferenças e hierarquias entre masculino e feminino são produzidos,

reproduzidos e transformados por mulheres e homens nas suas interações concretas, conhecer a repercussão do trabalho de mulheres pobres na construção civil é também buscar conhecer a efetividade de políticas públicas de gênero entendidas como aquelas iniciativas que têm a tarefa de romper com as visões tradicionais do feminino, possibilitando transformações sociais e culturais necessárias (BANDEIRA, 2005). É conhecer seu potencial ou não para o empoderamento de mulheres, e se contribuem para a superação de desigualdades.

A postura epistemológica assumida no estudo é consonante com a crítica à construção do conhecimento na modernidade (SANTOS, 2002; SANTOS, 2009), segundo a qual a “hipertrofia da racionalidade cognitivo-instrumental resultou na transformação da ciência moderna por meio da crescente hegemonia das epistemologias de caráter positivista” (SANTOS, 1991, p.137). Está ao lado das críticas feministas que tentam promover desconstruções históricas ao questionarem categorias universais estruturadas no masculino e que produzem um conhecimento que desconsidera a subjetividade da vida e do viver das pessoas.

A epistemologia feminista carrega a missão de contribuir na construção de saberes nos quais a visão androcêntrica do mundo receba atravessamentos de outros referenciais como forma de perceber a diversidade de seres humanos, de identidades, de realidades sociais e culturais. Nesse sentido, alerta para a importância de dar voz às mulheres em investigações que permitam abrir outras “possibilidades interpretativas, propondo múltiplos temas de investigação, formulando novas problematizações, incorporando inúmeros sujeitos sociais, construindo novas formas de pensar e viver” (RAGO, sd., p. 17).

Nessa visão, a construção do conhecimento está fundada em princípios que “priorizam a ótica da diferença, de alternativas, de flutuações, de descentralizações e incertezas que, por sua vez, se configuram através de aspectos construtivos e processos de abertura e mudanças” (MATOS, 2008, p. 347). É o caso do presente estudo, realizado com o olhar que busca dar voz a mulheres nas suas múltiplas

identidades, mães-esposas-amantes-profissionais-operárias da construção civil, que, articuladas de forma singular e complexa, constituem a subjetividade de cada uma.

Espera-se, assim, contribuir com uma epistemologia feminista ao considerar os sentidos das vivências, traduzidos nas palavras de mulheres. Matéria prima capaz de propiciar novos pensares e fazeres a partir de descondições passíveis de serem questionadas e (re)investigadas. Na medida em que se abarca a voz de mulheres, na sua maioria pobres e não-brancas, tenta-se avançar para além de um modelo de busca de conhecimento imbricado com concepções de ser humano que remetem ao homem “branco-heterossexual-civilizado-do-primeiro-mundo” (RAGO, sd. p. 4).

## 2. Algumas considerações sobre empoderamento e autonomia

O termo empoderamento deriva de tradução da palavra inglesa *empowerment*, sendo empregado em situações de lutas por direitos civis, como os movimentos feministas em países desenvolvidos na segunda metade do século XX. No Brasil, a partir de 1990, estudos que abordam empoderamento têm sido cada vez mais desenvolvidos nas produções acadêmicas e textos institucionais geralmente associados à pobreza. (SCHEFLER, 2013).

Na visão de Carvalho (2004), o empoderamento pode ser psicológico ou social/comunitário. No primeiro há um maior controle da pessoa sobre a própria vida, por meio do sentimento de pertencimento. O empoderamento comunitário envolve “fatores situados em distintas esferas da vida social”, incluindo os planos individual e coletivo (IBIDEM, p. 1090). Assim, o empoderamento psicológico estaria contido no processo de empoderamento comunitário.

Embora seja comum nos últimos anos o emprego do termo ‘empoderamento de mulheres’ em discursos acadêmicos, governamentais e não governamentais,

não existe consenso quanto ao que venha a ser empoderamento, tampouco no que se refere aos processos e ações que, de fato, contribuem para tanto. O debate, nesse caso, é esperado, uma vez que não se trata apenas de divergências de cunho teórico-



metodológico, mas, sobretudo, de ordem política, o que implica em perspectivas bastante distintas, senão conflitantes, na abordagem ao problema (SARDENBERG, CAPIBARIBE e SANTANA, 2008, p. 2).

Na visão de feministas, o empoderamento de mulheres implica na mudança radical de estruturas e de processos que reproduzem sua posição subalterna na sociedade (DEER e LEÓN, 2002). Essa forma de entender o empoderamento está alinhada à ideia de empoderamento comunitário proposta por Carvalho (2004), considerando-se imperativo mobilizar forças que conduza a desconstruções culturais de concepções, espaços e perspectivas que reduzem as mulheres à sua natureza biológica, submetendo-as a regras sociais injustas. O empoderamento está alinhado a processos e movimentos do ser humano que busca se fortalecer por meio de conhecimentos e experiências com outros sujeitos, que lhe coloquem no controle de sua vida. Por isso, não é possível empoderar o outro. Kleba e Wendausen (2009, p. 3) afirmam que o empoderamento “não pode ser fornecido, tampouco realizado para pessoas ou grupos, mas se realiza por processos em que esses se empoderam a si mesmos”.

Por meio desse processo, é possível as pessoas renunciarem a situações de tutela, impotência e dependência, assumindo a direção da sua própria vida. Nesse sentido, o trabalho produtivo remunerado exercido por mulheres pode se configurar como facilitador de processos de empoderamento que permita minimamente exercer autonomia sobre sua vida.

Percebe-se, assim, o embricamento do termo empoderamento ao termo autonomia; esse entendido como a noção de liberdade e habilidade em realizar alguma coisa (SEN, 2000). A privação de algumas liberdades como acesso a serviços de saúde e educação, bem como situações de fome e desemprego dentre outras, impedem que a autonomia se processe porque elas estão diretamente relacionadas com oportunidades ou liberdades econômicas, políticas e sociais (IBIDEM, 2000). A privação da liberdade econômica por exemplo pode conduzir os sujeitos à privação de liberdade social e à privação de liberdade política, assim como essas podem levar à privação da liberdade econômica (IBIDEM, 2000).

Nessa direção, a autonomia econômica de mulheres pode ser entendida como as condições “[...] de prover o seu próprio sustento, decidindo por elas mesmas a melhor forma de fazê-lo (BRASIL, 2013, não paginado). Entende-se assim o potencial que pode adquirir para a conquista de outras liberdades.

### 3. Método

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa desenvolvida com oito mulheres operárias da construção civil em um município do interior do Rio Grande do Sul. A produção dos dados foi mediada pela História Oral Temática a qual tem, como foco central, o recorte de determinado tema a ser investigado (MEIHY e HOLANDA, 2011). Para tanto, foram feitas entrevistas gravadas a partir de duas questões relacionadas, respectivamente, à vida antes e à vida após sua entrada na construção civil.

A rede de participantes se formou a partir de uma entrevista piloto cuja entrevistada indicou outra mulher. Essa, por sua vez, indicou outra e assim por diante, num movimento denominado “bola de neve (*snowball sampling*)” (BERTAUX, 2010, p. 76). Foi feita uma entrevista com duração de mais ou menos 60 minutos com cada mulher. O limite de oito participantes não se justifica pelo esgotamento das informações, uma vez que cada história tem sua singularidade e ritmo próprios, e sim porque os achados já respondiam aos objetivos do estudo.

As mulheres foram identificadas como Maria, acrescido do nome de um instrumento de trabalho utilizado na construção civil. A produção de dados foi realizada entre agosto e setembro de 2012.

A Análise do Discurso (AD) de tradição francesa serviu como referencial teórico-metodológico, o qual aborda a determinação histórica dos processos de significação, permitindo compreender aspectos da dinâmica social por meio da interpretação de crenças, ideologias e consensos sociais subjacentes a cada produção discursiva. Consiste, portanto, em uma proposta de reflexão sobre o sujeito, a linguagem, a história e a ideologia. (ORLANDI, 2005). Iñiguez (2005, p. 147) aponta a AD como “uma prática que não

só desmascara ou identifica outras práticas discursivas, como também – e, sobretudo – abre todo um caminho para sua transformação”.

A utilização crescente da Análise do Discurso, na visão de Nogueira (2008), deve-se à insatisfação com abordagens positivistas, reducionistas e de cunho tradicional em investigações. Além disso, existe o interesse cada vez maior por alternativas que se inspirem em novos referenciais ou correntes teóricas, como o pós-estruturalismo, a Teoria Crítica e o pós-modernismo, dentre outros.

A AD concebe a palavra “discurso” como “conjunto de enunciados em que é possível definir as condições de sua produção”. O “enunciado” se refere ao somatório de frases emitidas. (IÑIGUEZ, 2005, p. 123).

Os dispositivos da AD foram trabalhados a partir de relações entre processos parafrásticos e processos polissêmicos. Os processos parafrásticos são “aqueles pelos quais em todo o dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória”. A polissemia, em contrapartida, está lado a lado com a mudança, com o movimento, possibilitando transformações dos sentidos, das mentes das pessoas e dos contextos sociais e culturais (ORLANDI, 2005, p. 36).

O corpus empírico foi constituído pelos textos resultantes das entrevistas, o qual constituiu o primeiro momento da análise. Para esta fase foi efetivada a materialidade lingüística do texto ante a utilização de recursos ortográficos, tais como /: pausa reflexiva; //: ênfase no enunciado como demonstração de entusiasmo, alegria, orgulho, brilho nos olhos; ///: Indignação, impotência, raiva; ////: demonstração de tristeza; ...: pensamento incompleto; “aspas” – frases ou títulos que não são de autoria da pessoa que está falando ou frases que foram ditas pela pessoa em outro momento e que estão sendo reproduzidas por ela na entrevista; (...): nome de pessoa ou instituição a ser mantida no anonimato; [...]: fragmento suprimido, pois as histórias não estão apresentadas na sua integralidade; { } : complementação da narrativa com alguma expressão que não foi mencionada mas está subentendida.

O segundo momento da análise se deu com a leitura transversal, permitindo identificar enunciados que cristalizavam discursos entendidos como movimento ou deslocamento no campo do empoderamento. Para sua sistematização foi elaborado um quadro com os enunciados das participantes, permitindo identificar os processos polissêmicos e os processos parafrásticos, os quais originaram eixos de análise no campo dos deslocamentos e no campo das permanências, respectivamente.

Durante todo o desenvolvimento do estudo foram observados os preceitos éticos e legais das pesquisas envolvendo seres humanos. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) sob o protocolo de número 03321812.6.0000.5505, de junho de 2012.

## 4. Resultados

### 4.1 Caracterização das Marias

A idade das mulheres variou entre 26 e 48 anos. Quatro eram de cor parda, uma era negra e três eram de cor branca. Uma era divorciada, uma separada, quatro eram solteiras e estavam namorando na época da entrevista, e duas mantinham uma união estável. Seis mulheres tinham o ensino fundamental incompleto e duas o ensino fundamental completo. Uma estava desempregada, uma era autônoma e as demais, em número de seis, tinham emprego formalizado em uma empresa de construção civil no município onde o estudo foi realizado. Sete participantes do estudo têm, em seu histórico laboral, a atividade de empregada doméstica ou de faxineira. Uma foi cuidadora de carros e recicladora de lixo.

### 1.2 Um pouco das histórias das Marias

As semelhanças existentes entre as histórias das diferentes Marias são visíveis em inúmeros aspectos, desde sua origem inscrita no cenário de pobreza das famílias até o desafio atual de enfrentar dificuldades impostas pela sua condição de mulher no contexto de um trabalho majoritária e culturalmente exercido por homens. É esse trabalho que possibilita a todas as

Marias do estudo o alcance da autonomia econômica. A despeito das particularidades e subjetividades de cada uma delas, os cenários de vida são muito semelhantes, sobretudo no que se refere ao tipo de educação e criação, que dá o norte para seus sonhos, ações, receios, inseguranças, desafios e possibilidades no movimento entre deslocamentos e permanências.

As Marias contam histórias marcadas desde a infância e a adolescência pelo contato com trabalhos pesados, com a pobreza e com a violência. Os contextos familiares em que foram criadas, embora retratados na maior parte das vezes com afeto, mostram realidades em que não havia tempo para brincadeiras.

Na medida em que são, também, fortemente marcadas por experiências que tiveram como empregadas domésticas e babás, referem-se ao trabalho atual como uma oportunidade de fugir do lócus da humilhação e da sujeição representada pela atividade anterior. Isso permite compreender, em parte, sua satisfação de estar no trabalho atual, no qual elas assumem uma identidade – seja de pedreira, seja de meio oficial, seja de servente. Agora essa identidade as ampara legalmente, pois têm um emprego formal que lhes possibilita trânsito e autonomia na vida, com o livre arbítrio de comprar o que e onde quiserem.

A vida difícil e, por vezes, miserável que viveram, no entanto, não as acomoda naquilo que hoje parece mais fácil; ao contrário, parece servir de impulso ou gatilho para a resistência, mantendo-as na luta por um futuro ainda melhor. Sua resistência aparece como um elemento natural, que faz parte de sua trajetória de sofrimento e impotência inscrita na situação de pobreza, invisibilidade e descrédito em que viveu. Tal realidade hoje parece sofrer deslocamentos que as encaminham para outro patamar social, mesmo que restrito ao âmbito do consumo para si e para a família.

Considerando o objetivo do estudo e, na linha da AD, esse achado encontra-se alinhado aos processos polissêmicos que encaminham para deslocamentos ou movimentos de transformação, cujo eixo é apresentado na sequência.

### 4.3 Deslocamentos no campo do empoderamento ligado à autonomia econômica

O discurso que subjaz os enunciados apresentados na sequência têm, no empoderamento ligado à autonomia econômica, seu eixo maior no campo do deslocamento. Seu poder de compra de bens e serviços é um dado concreto que reflete a valorização dada à nova condição econômica proporcionada pelo dinheiro.

*[...] Quando eu era faxineira, fui comprar um óculos e não pude escolher o que eu queria porque meu crédito era pouquinho. Hoje eu fui na mesma loja, e ela me disse que eu podia comprar o óculos que eu quisesse, só porque eu disse que hoje eu era pintora predial. // Agora eu tenho uma profissão. Ela disse: ‘A lente que a senhora quiser, em quantas vezes a senhora quiser’. [...] A conversa durou mais, a maneira que a moça me tratou... totalmente diferente. // Eu estava diferente, a maneira que eu entrei, tipo: “eu posso”, eu acho que eu consegui passar isso pra ela // porque tu muda até tua postura, a maneira de andar, tu te sente segura para ir olhar. [...] Tenho dinheiro adiantado para pagar a luz, não atrasa mais. (Maria do Prumo).*

*[...] Antes a gente morava de aluguel, eu me inscrevi na prefeitura, eu olhava e pensava que qualquer cantinho me servia. // Aí fui sorteada {no programa minha casa minha vida}, hoje é tudo novinho, ele {o marido} fez todos os móveis. Eu ajudo a pagar, eu pago TV, fogão, e ele a prestação, água e luz, e agora sobra dinheiro, ponho na poupança, posso dar alguma coisa para meu filho. (Maria da Talhadeira).*

O dinheiro, que possibilita autonomia econômica, passa nos enunciados como dispositivo que liberta, que permite enfrentar o outro, o poder instituído. Uma outra forma de pensar e seguir a vida, com ensaios para ruptura com o já vivido, com aquilo que não lhes serve mais como possibilidade no campo polissêmico.

*A independência vem desde que tu tem um serviço. E no momento que tu tem um emprego tem que aprender a viver, não depender dele {do marido} mais; claro, pede uma opinião, mas não depender dele, aprender a viver com minhas pernas, cuidar dos meus filhos, eu sozinha. // Eu quero poder sair de dentro de casa, poder trabalhar, ter o meu dinheiro. [...]// Então agora*



*eu me governo, se eu disser que vou a algum lugar eu vou, se eu disser que vou comprar tal coisa eu compro, tenho condições de me virar e de pagar. (Maria da Pá de Corte).*

Da mesma forma Maria da Cavadeira tem na autonomia econômica um aliado da sua independência, pois [...] *chega no fim do mês eu pago minhas roupas, compro minhas roupas, meu perfume, meu creme. Não gosto de depender de ninguém, tenho meu dinheiro, vou lá e compro.*

O trabalho atual, que propicia um novo horizonte no campo do consumo, passa a ser instrumento de inclusão em outra esfera social, e isso se evidencia na medida em que Maria da Picareta enuncia que

*[...] Antes eu não tinha {salário}... ganhava só quarenta e cinco por semana ou quinzena, mais o bolsa família. Aí pensava que tinha que ter um salário para comprar no comércio, dar coisas para meus filhos, para casa. [...] Se tenho novecentos, eu gasto trezentos e guardo o resto no banco, tenho até um dinheirinho no banco. Vejo o que é mais barato para comprar, para economizar. Compro à vista quando dá.*

Maria da Marreta relaciona o trabalho formal e seu salário, com sua situação anterior e conclui que não quer mais a atividade de empregada doméstica: *Meu Deus! É tudo {o salário}, é do teu suor, do teu trabalho. [...] Não voltaria a ser doméstica, /// é uma coisa repetitiva, que tu faz para tua patroa e depois chega em casa e tem que fazer tudo de novo. O salário atual confere identidade além de valorização profissional e pessoal, situação que lhe permite fazer escolhas sobre o que deseja para si.*

No enunciado de Maria da Pá de Corte passa o mesmo discurso que confere valor e respeito ao trabalho atual.

*[...] Como doméstica tu te incomoda bastante, some algo, a primeira culpada é tu, como é que tu vai provar que não foi tu? Mijam em cima de tua cabeça e tem que ficar bem quietinha, a gente vê por aí. Na obra, não tem esse defeito, bem dizer tu te governa. É a terceira obra e não tive esse problema. E é bom, chegar no fim do mês e ter o teu troquinho, pagar tuas contas. É muito bom tu ser respeitada, não ser pisoteada por outras pessoas.*

Essa condição de inclusão passa a impulsioná-las para uma outra realidade, com outros objetivos e perspectivas de vida onde o poder de compra continue se efetivando e no qual outras liberdades sejam alcançadas. É o que se pode depreender dos enunciados de Maria da Picareta:

*[...] Tem colegas que dizem que vão ser sempre serventes. Não pretendo ser sempre pedreira, quero fazer um curso ainda e ser mestre de obras. // Eu estou sempre especulando, anotando, pergunto para que serve isso e aquilo, vou lá e anoto tudo, isso é aprendizado, tenho uma papelada, sempre mexendo para entender mais um pouco, não vou ficar só de pedreira. // Tem que se erguer, não ficar sempre como servente.*

Para Maria da Picareta “se erguer” toma o sentido de sair daquela situação de anonimato em que sempre viveu e que é reproduzida pelo cargo de servente.

Maria da Pá de Corte enuncia no mesmo sentido, desejando algo melhor para si. Sua narrativa conta sua vivência desde os nove anos como cuidadora de carros, mais adiante como catadora e atualmente como servente na construção civil. Ela, porém, quer mais e aponta para outras liberdades possíveis no horizonte:

*[...] Até já falei para um colega me puxar quando tiver fazendo alvenaria, aprendi a fazer piso queimado. Se eu não conseguir um aperfeiçoamento, aí vou arrumar outra coisa, setor de limpeza, /// porque ficar o resto da vida como servente não, eu quero mais, para ajudar as crianças, incentivar eles.*

O enunciado de Maria da Pá de Corte cristaliza um discurso de superação. Ela admite que pode deixar o trabalho atual em direção a outras possibilidades, mostrando que existem outros degraus a serem escalados. Suas liberdades parecem, assim, se ampliar mediadas por uma consciência crítica que se anuncia.

## 5. Discussão

A palavra “dinheiro”, para essas mulheres que vêm de contextos de pobreza, funcionou nos discursos remetendo a um dispositivo que lhes confere autonomia de comprarem o que quiserem, adquirindo

sentido de liberdade, possibilidade de elaboração de planos, de realização de sonhos, de mobilização, de segurança, de poder, de enfrentamentos, de sustento próprio, de inclusão em outro patamar social, assim como no mundo do consumo, apontando para o surgimento de novas possibilidades.

Os enunciados caminham na linha de um discurso que apresenta o poder de compra que o dinheiro resultante do seu trabalho proporciona como uma via para a satisfação dos desejos e necessidades, um poder que as participantes não tinham antes e que se expressa principalmente na possibilidade de aquisição de bens e serviços para seu consumo próprio e para sua família. É a inclusão social manifestada com a expressão “*eu posso*”. Podem, agora, pagar, “*sem atraso*”, a conta de luz e de água ou fazer a compra, “*à vista*”, de um fogão à lenha a muito tempo sonhado ou, ainda, adquirir produtos de uso pessoal, como um batom, um creme ou roupas e brinquedos para os filhos.

Nessa nova condição, a mulher passa a se ver de forma diferente. Uma pesquisa realizada por Rego e Pinzani (2013), cujo objetivo foi investigar os efeitos políticos e morais do Programa Bolsa Família (PBF) também apontou para a liberdade de escolha que o dinheiro proporciona, impactando positivamente a vida das mulheres. Outro estudo realizado apontou que o PBF contribui na ampliação da autoridade das beneficiárias no cenário doméstico pelo maior poder de compra de medicamentos, roupas, material escolar, entre outros produtos que lhes oportuniza fazer negociações com o companheiro (AGENDE, s.d.).

Esse novo lugar que as mulheres habitam pode conduzi-las ao governo de si e potencializar outras habilidades para lidar com a vida. Esse recurso, aliado à experiência que o trabalho lhes confere, em termos objetivos e subjetivos, e também à sua história de vida, possibilita construir sua emancipação, instrumento que facilita fugir de situações humilhantes nas quais muitas se encontravam. Quando dizem “*Não gosto de depender de ninguém, tenho meu dinheiro, vou lá e compro*”, estão sinalizando que querem outro contexto de vida e de relações, e que esse contexto tem nexos com sua independência econômica. Rego e Pinzani (2013) constataram em sua pesquisa que a

possibilidade de ter renda ou dinheiro para o sustento próprio tem o poder de libertar as mulheres de relações que as oprimem e que as mantêm reféns. Parece, assim, que o

empoderamento das mulheres representa um desafio às relações patriarcais nos espaços sócio-institucionais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. Significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, [...] e as decisões unilaterais masculinas que afetam a toda a família. (Lisboa, 2007)

Com isso, têm a chance de se mobilizarem na sociedade, situação que pode conduzi-las a novas oportunidades e experiências abrindo portas para a conquista de outras liberdades que podem se refletir no espaço doméstico, assim como em espaços macrossociais.

Os movimentos feministas atuais, embora integrados por mulheres com diferentes histórias de vida e com diversidade de demandas (IDE, 2014), têm sido instrumentos de resistência às desigualdades de gênero. Sua contribuição está em desconstruir concepções ancoradas em visões essencialistas que concebem e mantêm as mulheres no âmbito do privado, assim como os homens na esfera pública. Heilborn, Araújo e Barreto (2010) endossam essa compreensão ao afirmarem que tais características, historicamente, colocam as mulheres em posição de subordinação. Na nova conformação desses movimentos, cada mulher pode ser feminista a seu modo, defendendo aquilo que entende importante na realidade a que é submetida cotidianamente.

Os enunciados das mulheres em relação ao alcance da independência econômica e ao valor que lhe é atribuído dialogam com recomendações da política governamental para as mulheres no país, cujo discurso tenta colocar as mulheres em outro patamar de participação social ao preconizar o empoderamento como instrumento fundamental para sua autonomia. Em seu eixo número I – Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho, com Inclusão Social e Cidadania –, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM (BRASIL, 2013) alerta, ao tratar das iniciativas de ação, para a necessidade de mudanças nas relações de gênero como forma de garantir direitos



às mulheres. É suposto, nas premissas do PNPM, que a entrada de mulheres em postos de trabalho culturalmente ocupados por homens possa contribuir para as mudanças almejadas.

Nesse sentido, o presente estudo mostra que o empoderamento restrito ao ganho econômico, embora com alguns deslocamentos no campo individual, pode tornar-se frágil, na medida em que pode não acarretar mudança em estruturas que ainda conservam e reproduzem as desigualdades de gênero. Respostas semelhantes foram colhidas em pesquisa sobre o PBF realizada nas regiões sudeste e nordeste no Brasil (B. SORJ E A. FONTES, 2010). Apesar de ser um programa de transferência de renda e não de estímulo ao trabalho, concluiu-se que o PBF reduz a pobreza, porém não aumenta a autonomia individual das mulheres no que se refere a papéis de gênero, uma vez que sua atuação como cuidadora da família permanece inalterado. Estudos de Meyer (2004), também reforçam essa percepção. Ela afirma que políticas dessa natureza ainda colocam a responsabilidade de educação dos filhos sobre as mulheres, mantendo, reforçando e reproduzindo seu papel de mãe. Segundo a autora, não existem, no PBF, deslocamentos voltados para a superação da divisão sexual do trabalho. Entretanto, pode-se inferir que o fato de as mulheres receberem o benefício, creditar-lhes-ia certa liberdade econômica.

Na mesma direção Cornwall (2013) alerta que o empoderamento pode correr o risco de ser concebido como uma simples mercadoria a ser repassada, ao contrário de focar em relações estruturais passíveis de serem transformadas pela ação coletiva e pela conscientização que pode ser desenvolvida no ativismo feminista. Argumenta que o empoderamento é interpretado em alguns lugares como sinônimo de projetos que promovem a geração de renda, carregando a ideia errada de que para empoderar mulheres basta colocá-las no mercado como forma de promover o encontro entre o poder e o dinheiro e que isso não basta para promover transformações.

Essas reflexões evidenciam que a autonomia econômica anda ao lado de processos de empoderamento, sendo difícil delimitar onde inicia um e onde inicia o outro. Fica evidente, também, que o

empoderamento não pode ser fornecido pelo outro (KLEBA E WENDHAUSEM, 2009). O empoderamento é desenvolvido por meio de experiências em todos os âmbitos da vida do ser humano, de sua história, bagagem sociocultural, idade, estrutura familiar, entre outros aspectos (VERNIER, 2007). É resultado de conhecimento que liberta o sujeito de amarras; um conhecimento que pode ser mediado pelo trabalho na medida em que contribui na construção da subjetividade das pessoas envolvidas.

Essas observações permitem pensar que o empoderamento de mulheres não pode ter o fator econômico como um fim em si mesmo, reforçando a defesa do empoderamento comunitário, além do individual ou psicológico como forma de contribuir na desconstrução cultural almejada.

A partir disso, é possível reconhecer que políticas públicas com foco na autonomia econômica têm potencial para gerar outras conquistas, além daquela restrita ao consumo. É premente, portanto, fazer dessa oportunidade um instrumento que conduza a outras oportunidades, como a chance de superação de privações no campo de acesso à educação, à saúde, à alimentação bem como de superação das situações de violência nas relações sociais, dentre outras formas de discriminação. (SEN, 2000; TESTA et al, 2013). Isso encontra consonância em Sen (2000), quando alerta para o fato de que a privação de liberdade econômica pode conduzir os sujeitos a outros tipos de privações, como a social e a política, assim como essas podem levar à privação da liberdade econômica.

Compreende-se disso, que o empoderamento apregoado nas políticas públicas de gênero, para contribuir na transformação de estruturas, precisa ser exercido no âmbito coletivo ou comunitário, além do individual. Nessa abordagem, como defende Carvalho (2004), é necessário o desenvolvimento da consciência crítica como componente fundamental na instrumentalização de sujeitos e coletivos para a intervenção na realidade social.

Nesse viés é possível pensar que mulheres em situação de pobreza que possuem habilidades para realizar qualquer trabalho produtivo, como o da construção civil, têm possibilidades de potencializar suas

capacidades de empoderamento. Para tanto, acredita-se que é necessário maior engajamento das mulheres em movimentos que lhes possibilitem refletir criticamente sobre seu papel e lugar no mundo. Sobre isso, Lisboa (2007) afirma que estudos mostram, em nível mundial, que processos de participação propiciam processos de empoderamento. Acrescenta, ainda, que tais metodologias possibilitam a elaboração de políticas de desenvolvimento, indo ao encontro de demandas coletivas que vivem em situação de pobreza.

Representa, assim, uma liberdade conquistada que pode conduzir a outras liberdades como a liberdade para se envolver em questões políticas que possibilitem deslocamentos no campo da cidadania. Nessa linha de pensamento, o trabalho remunerado congregaria componentes essenciais para a conquista de direitos e autonomia de mulheres

Tal noção encontra ressonância em Deere e León (2002), na medida em que defendem a visão e ação feminista como instrumento de mudanças que permitam deslocamentos ou rupturas em estruturas que ainda concebem as mulheres como seres subordinados. Coaduna, ainda, com ideias de Cornwall (2013), ao defender que o empoderamento das mulheres deve transcender a simples noção de consumo.

## 5. Conclusões

Os resultados mostram que um processo de empoderamento em nível individual se processa nas mulheres do estudo. É o exercício atual do trabalho na construção civil que lhes confere autoestima, conduzindo à autonomia, especialmente na esfera do consumo, de viver como desejam. Tal compreensão, entretanto, pode se estender a outros tipos de atividade profissional remunerada apontando a liberdade econômica como um instrumento que pode abrir portas para outras liberdades a serem conquistadas nos demais âmbitos de vida de mulheres. Podem, assim, tornar possível uma série de ajustes e reformas no seu contexto de vida, o que é muito positivo, porém parece não ter força suficiente para transformar, a curto prazo, realidades relativas a desigualdades de gênero. As realidades de que se fala estão enraizadas e solidificadas na base da cultura que ainda trata as

mulheres como objetos, e não como sujeitos de direitos. Não há como negar a existência de brechas dessa natureza. São espaços em aberto, hiatos que representam desafios nas fronteiras do novo, do deslocamento, da ruptura.

Assim, a autonomia econômica recomendada nas políticas públicas com foco em gênero no Brasil deve prezar para que não tenha um fim em si mesma, mas, ao contrário, sirva como um dos meios para o alcance de equidade e desenvolvimento. É necessário agir coletivamente na resistência ao instituído, protestando contra contextos que discriminam e humilham mulheres.

Nesse sentido, é necessário crer e investir em iniciativas que congreguem o empoderamento coletivo nas políticas de desenvolvimento para mulheres e para a sociedade em geral. É preciso, ainda, congregar esse empoderamento comunitário ao empoderamento individual ou psicológico que o dinheiro fornece, de forma a mexer com estruturas sedimentadas, cujos discursos definem e mantêm as mulheres restritas a alguns espaços.

Um caminho para isso deve estar alinhado ao protagonismo das mulheres em movimentos sociais, dentre eles os feministas, que permitam às mulheres entenderem os determinantes de sua condição de mulher e possibilitem intervir em espaços de poder, de forma a contribuir para transformações necessárias. Instâncias de controle social, como os Conselhos de Direitos das Mulheres bem como as Conferências de Políticas Públicas para as Mulheres, ambas operadas nas três esferas de governo, constituem mecanismos imprescindíveis para conquistar e resguardar direitos. São espaços de participação da comunidade que permitem avanços e desconstruções históricas, possibilitando pensar e elaborar políticas públicas em consonância com as demandas das mulheres.

## Referências

AGENDE – Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento e Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher da Universidade de Brasília. *O programa bolsa família e o enfrentamento das*

*desigualdades de gênero*. [online]. Disponível em: [http://www.ipundp.org/doc\\_africa\\_brazil/Webpage/misao/Pesquisas/PESQUISA\\_MULHER.pdf](http://www.ipundp.org/doc_africa_brazil/Webpage/misao/Pesquisas/PESQUISA_MULHER.pdf)>. Acesso em: 10.01.14.

BANDEIRA, L. Fortalecimento da secretaria de políticas para as mulheres para avançar na transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas. In: MELO, H. P.; BANDEIRA, L. *A pobreza e as políticas de gênero no Brasil*. Serie mujer Y desarrollo. CEPAL. Nações Unidas, 2005.

BERTAUX, D. *Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos*. Tradução: Zuleide Alves Cardoso Cavalcante e Denise Maria Gurgel Lavallée. Natal/RN: EDUFRN. São Paulo: Paulus, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Plano de ação 2004-2007*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres – SAE. [online] Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/secretaria-de-politicas-do-trabalho-e-autonomia-economica-das-mulheres>>. Acesso em 15 jul. 2014.

CARVALHO, S. R. Os múltiplos sentidos da categoria “empowerment” no projeto de promoção à saúde. *Cad. Saúde Pública*, v. 20, n. 4, p. 1088-1095, jul-ago, 2004.

CORNWALL, A. Apresentação: trilhas do empoderamento de mulheres. [online] *Revista Feminismos*, v.1, n. 2, mai.-ago.2013. Disponível em: [www.feminismos.neim.ufba.br](http://www.feminismos.neim.ufba.br). Acesso em: ago. 2014.

DEER, C. D.; LEÓN, M. *O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

IÑIGUEZ, L. A. A Análise do discurso nas ciências sociais: variedades, tradições e práticas. In: IÑIGUEZ,

L. (Coordenador). *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

KABBER, N. Contextualizando as trilhas econômicas do empoderamento de mulheres: resultados de um programa de pesquisa em diferentes países. [online] *Revista Feminismos* Salvador, v. .1, n.2, s.p mai./ago. 2013. Disponível em: <http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/article/viewFile/51/58>. Acesso em: out. 2014

KLEBA, M. E.; WENDAUSEN, A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. *Saúde e Sociedade*. v. 18, n. 4. São Paulo, out.-dez. 2009.

LISBOA, T.K. Empoderamento de mulheres e participação na gestão de políticas públicas. I Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais. Florianópolis : UFSC., 2007.

MANINI, D. A crítica feminista à modernidade e o projeto feminista no Brasil dos anos 70 e 80. *Cadernos AEL*, n. 3/4, 1995/1996.

MEIHY, J. C. S.; HOLANDA, F. *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2011.

MEYER, E. D. Teorias e Políticas de Gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. *Rev Bras Enferm*, Brasília (DF), v. 57, n. 1, p. 13-8, jan-fev, 2004.

NOGUEIRA, C. Análise(s) do discurso: diferentes concepções na prática de pesquisa em psicologia social. *Psicologia: teoria e pesquisa*, Brasília, v. 24, n. 2, p. 235-242, 2008.

ONU MULHERES. [online] Disponível em: [http://www.unifem.org.br/005/00502001.asp?ttCD\\_CHAVE=8466](http://www.unifem.org.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=8466). Acesso em: dez.2014

ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 6 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

RAGO, M. *Epistemologia feminista, gênero e história*. (sd). Disponível em: <[http://www.moodle.ufba.br/file.php/12635/Carla\\_Ak](http://www.moodle.ufba.br/file.php/12635/Carla_Ak)



otirene/Epistemologia\_Feminista.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2013.

REGO, W. D. L.; PINZANI, A. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: UNESP, 2013.

SÁNCHEZ, M.T.C. Empoderamiento femenino y políticas públicas, una perspectiva desde las representaciones sociales de género. *Entramado*. Cali, Colombia, v. 7, n. 2, p. 40-53. jul-dic, 2011.

SANTOS, B. S. Subjetividade, cidadania e emancipação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra, Portugal, n. 32, junho 1991

\_\_\_\_\_. *Um discurso sobre as Ciências*. 6. ed. São Paulo : Cortez, 2009

\_\_\_\_\_. (Org). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

SARDENBERG, C.; CAPIBARIBE, F.; SANTANA, C. Tempos de mudança, vidas em mutação: o empoderamento de mulheres na Bahia através de gerações. *Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis, 2008.

SCHEFLER, M.L. Gênero, autonomia econômica e empoderamento. O real e o aparente: sistematização de processos de investigação-ação e/ou de intervenção social. [online] *Revista Feminismos*. Salvador, v.1, n.3, set-dez, 2013. Disponível em: [www.feminismos.neim.ufba.br](http://www.feminismos.neim.ufba.br). Acesso em: dez. 2014.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução: Laura Teixeira Motta. Companhia das Letras. São Paulo. 2000.

TAVARES, R. Discurso. In: BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Autonomia econômica e empoderamento da mulher - textos acadêmicos*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

TESTA, M. G. et al. Análise da contribuição do Programa Bolsa Família para o enfrentamento da pobreza e a autonomia dos sujeitos beneficiários. *Rev. Adm. Pública*. Rio de Janeiro, v. 47, n. 6, p. 1519-541, nov-dez, 2013.

VERNIER, E. T. N. *O empoderamento de cuidadoras de crianças com necessidades especiais de saúde: interfaces com o cuidado de enfermagem*. (Tese de doutorado). Escola Anna Nery. UFRJ, 2007.